

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito.

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Eng.^a Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro, o Sr. Eng.^o Carlos Artur Simões Esteves Maia, o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos e o Sr. Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estavam presentes o Sr. António Correia Dias e o Sr. Adelino Nunes Coelho, que não remeteram justificações relativas às suas ausências.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Em seguida, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Rocha, informou que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Sr. António dos Santos Lopes, do pedido de renúncia de mandato apresentado pelo Sr. Nuno Filipe Cruz Marques Rodrigues Oliveira e do facto do Sr. João Alberto Garcia de Abreu já ser membro da Assembleia Municipal por inerência do cargo que ocupa como Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, foi convocado o Sr. Luís Martins de Almeida, na qualidade de candidato imediatamente a seguir na lista da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP – PEV concorrente a este órgão.

De seguida foi chamado, pela Mesa, o Sr. Luís Martins de Almeida que, depois de ser verificada a sua identidade e legitimidade, prestou o juramento competente.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 22 de Dezembro de dois mil e sete, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea r) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de celebração de Protocolo Financeiro e de Cooperação para constituição e funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Município de Oliveira do Hospital (“OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +”).

Seguidamente, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida e expedida, fez a seguinte intervenção:

“A Assembleia Municipal nomeou quatro elementos para a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital: a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, a Sra. Dra. Maria Adelaide Freixinho, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes e o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis.

Diz-nos a Técnica de Serviço Social da Câmara que, para além da Sra. Dra. Ana Paula Nobre, ninguém mais tem tido disponibilidade para participar nas reuniões.

Assim, comprometendo-me a falar com a Sra. Dra. Adelaide Freixinho logo que possa, queria pedir ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino e ao Sr. Prof. João Dinis que, na hipótese de quererem ser substituídos nessa função, veiculassem essa posição aos nossos serviços.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Dr. Simões Saraiva, que fez a seguinte declaração:

“Apenas duas palavras muito simples e muito sinceras: é com muito agrado e com muita satisfação que hoje estamos juntos, depois de algum interregno no tempo em que não tive o prazer de estar com os meus amigos, o que era uma coisa que me magoava.

Queria acrescentar que a todos não me foi possível desejar um Ano Feliz, o que, agora, desejo para todos e para cada um em particular. Que tenham as

maiores e as mais firmes felicidades que possam desejar. Para vós e para as vossas famílias.

Quero felicitar e cumprimentar o novo colega que hoje tomou posse, desejar que a sua acção seja frutuosa, que seja para ele uma nova maneira de estar na vida e que ele contribua também para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas que vivem neste concelho.

Não queria deixar de salientar o sentimento de pena que sinto no íntimo, de não me poder despedir do Sr. António Lopes e por o sentir ausente. Porque, além de ser um Homem altamente interessado em todas as actividades autárquicas, um Homem vivamente interessado e motivado “dos pés à cabeça”, é um Homem que, pela sua combatividade, era capaz de nos dar, a nós todos, um certo estímulo e mostrar que, quando se luta, luta.

Nós não podemos deixar, acima de tudo e agora que ele não está aqui, de lhe deixar os nossos protestos de gratidão pela muita e generosa bondade, do muito bem que fez a muitas instituições e da sua grande benemerência. Nós nunca o podemos esquecer, pelo muito que nos ajudou e por ter ajudado muitas populações carentes e muitas instituições carenciadas. Que Deus, para ele, também lhe dê tudo de bom.

Para todos, mais uma vez, muito obrigado pelo prazer de estarmos juntos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. Francisco Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“A actividade política exige permanentemente aos seus protagonistas, o dever de uma prática que a respeite como uma causa indiscutivelmente nobre, que assente na busca de valores e dos princípios que visem a consolidação da Democracia, como fonte inspiradora de uma sociedade que se pretende cada vez mais livre e mais justa.

A luta por este desiderato, impõe aos partidos políticos que cumpram sem desfalecimento e como primeira e principal prioridade, a sua verdadeira função: comportarem-se como pilares da Democracia. É esta, tem que ser esta, a grande preocupação das organizações partidárias: gerirem a sua acção, na certeza de que do seu trabalho deverá resultar um clima, que nunca poderá ser nem de repulsa nem de indiferença, mas de empenhamento colectivo e de esperança no futuro. As sociedades descobriram os partidos políticos, de modo a organizarem-se na entrega a causas de cujo debate resulte, necessariamente, algo que se aproxime o mais possível do bem comum.

Sem pretender envolver-me nas questões internas de outros partidos, não posso deixar de lamentar que a razão de ser do PPD / PSD concelhio, se limita de um lado a tudo fazer para “correr” com o ex-Presidente da Comissão Política Concelhia e, do outro, a achincalhar o órgão partidário.

Isto é a antítese perfeita do que deve ser a acção política e constitui-se como a sua própria negação...o que, sendo pouco e sendo mau, evidencia um péssimo exemplo por parte de quem gere os destinos do Concelho!”

Tomou, depois, a palavra o Sr. João Esteves que fez a seguinte proposta:

“Todos receberam, como eu, uma comunicação da Associação Nacional de Municípios, que visa, essencialmente, o Projecto-Lei nº 431/X, da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.

Depois de ter lido o documento com atenção e ter visto as alterações, verifiquei que elas introduzem distorções que não se vão coadunar com o princípio da democracia, ou seja, deixa de haver o método proporcional para entrada nos órgãos autárquicos. De maneira que, a meu ver, não é uma lei que esteja totalmente conseguida, pelo que concordo totalmente com o que vem referido nesta comunicação da Associação Nacional de Municípios.

Assim, queria apresentar uma proposta para que seja votada nesta Assembleia Municipal:

“Face ao documento aprovado pelo Conselho-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e no que concerne à sua essência, por ser um documento bastante completo e equilibrado, e procurando um consenso alargado sobre esta matéria, proponho:

1.º Que a Assembleia Municipal delibere concordar com o parecer do Conselho-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 31/01/2008 sobre o Projecto-Lei nº 431/X – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais;

2.º - Se esta proposta for aprovada, da sua aprovação deve ser dado conhecimento às seguintes entidades:

- Presidente da República;

- Primeiro-Ministro;

- Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”

Sobre esta proposta interveio o Sr. Carlos Mendes:

“Esta é uma discussão que eu pensei que não iríamos ter aqui, na medida em que, como sabem, esta matéria está a nível da Assembleia da República. Penso que na Assembleia da República têm existido muitas discussões sobre este tema. E, passando pelas palavras do João Esteves, se calhar, também

poderia dizer que não concordo com algumas coisas. Mas, foi o conjunto dos votos do PS e do PSD que, no fundo, fizeram esta lei autárquica...

É certo que, a seguir, vamos ter a intervenção da CDU, que poderá ter alguma razão. Eu, sinceramente, também não concordo com algumas coisas. Não me quero adiantar mas, se calhar, vamos ouvir, da parte da CDU, que isto vai dificultar a entrada dos partidos minoritários, que as minorias vão ser afastadas dos órgãos autárquicos...

Mas, eu acho que nós devemos ter que esperar. Se os dois partidos – que representam uma grande percentagem dos portugueses – conseguiram chegar a acordo nesta lei, devemos esperar. Não é por causa da Associação Nacional de Municípios e, neste momento, do novo Presidente do PSD, ter vindo romper com as negociações que têm vindo a ser feitas entre os dois partidos, que nós vamos dar razão à Associação de Municípios.

Acho que devemos ter calma, esperar, ver. Espero que, tanto o PS como o PSD tenham capacidade e discernimento para, se virem que a lei está mal, que vai prejudicar as minorias, voltarem atrás com a lei.

Deste modo, penso que este não é o momento próprio para esta moção. Sinceramente, não sei qual seria a minha posição em termos de votação, precisamente por causa disto, porque acho que é extemporâneo tomar uma posição agora. As conversações continuam e a única situação é o facto da A.N.M.P. ter vindo a tomar esta posição radical, bem como a CDU e os pequenos partidos.

Penso que seria de ter alguma calma porque, dentro de uma situação e de um parâmetro, esta moção tem substrato, apesar de achar que não é o momento ideal para ela surgir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Inácio:

“Acho que o meu colega de bancada já disse praticamente tudo. Só gostava de esclarecer uma situação: penso que todos nós sabemos que não houve ruptura na negociação entre o PS e o PSD. O que está em causa é uma questão que foi posta na mesa por alguém que, neste momento, é Presidente do Partido Social Democrata e que nós não sabemos bem qual é a posição dele em cada momento. E o problema que está agora em causa é muito simples: a única discordância que é conhecida e que está realmente aqui reflectida tem a ver com a questão dos Presidentes de Junta de Freguesia terem ou não voto nas Assembleias Municipais. É a única situação que está em discussão. Não há mais nenhuma situação, em termos da ruptura.

Penso que também é mau, para os nossos colegas do PSD que estão aqui, estar a votar uma situação destas. Nesse sentido, acho que não tem lógica nenhuma estarmos a votar isto hoje e, naturalmente, a lei eleitoral que vai ser aprovada vai ser uma lei com futuro e terá o acordo dos grandes partidos.”

Seguidamente, interveio o Sr. João Abreu:

“Para além de termos um novo elemento na bancada da CDU e que eu quero saudar – o Luís – passamos também a ter um novo porta-voz, que é o Carlos Mendes. Portanto, estamos bem servidos.

Sobre esta questão da lei, também tenho uma moção para apresentar, o que farei na minha intervenção.

Mas, pronunciando-me sobre esta matéria: de facto, o Carlos Mendes colocou a questão de se esperar que as cúpulas do PSD e do PS se entendam. Ora, eu creio que há um fenómeno no percurso desta lei, que é importante reter: é que, muitas vezes, as cúpulas não representam as bases, não estão de acordo com o sentimento das bases. Estabelecem acordos que servem os seus interesses particulares e de grupo – que são comuns ao PS e ao PSD – mas esquecem-se daqueles que estão no terreno, que defendem as populações, que têm uma dignidade própria, do ponto de vista político. E eu creio que é o que se está a passar no PSD. E no PS também, porque não são só os eleitos do PSD que estão a tomar esta posição.

Conheço vários eleitos do Partido Socialista, várias Juntas do Partido Socialista – se quiserem, enumero-as aqui – que estão a tomar posição contra esta lei. Porque esta lei é uma lei má no seu todo. É uma lei que atenta contra a pluralidade nos órgãos autárquicos. É atentatória e desvirtua completamente o método da proporcionalidade. E, de facto, é uma lei que via propiciar a menor transparência nos órgãos autárquicos.

Além disso - como eu já disse aqui na última Assembleia – num momento os órgãos autárquicos estão sob suspeita – porque há muitas campanhas de denegrimiento, com base em coisas concretas, dos órgãos autárquicos, esta lei é o caminho para que os executivos fiquem sem controlo, fiquem sem fiscalização e possam fazer – como muitos fazem, infelizmente – todas as traficâncias com os grandes interesses imobiliários dos seus concelhos.

Portanto, eu creio que, se o PSD recuou, em termos de culpa, nesta posição, fez muito bem porque ouviu as suas bases. E, se o PS não o faz, se o PS mantém a arrogância, não apenas nesta lei mas em todas as que está a tentar impor ao País – e veja-se o caso dos professores – de facto, está numa posição autista, numa posição que não serve, de facto, a democracia e que, se persistir na

aprovação desta lei, vai ser mais uma que não corresponde ao sentimento daqueles que vão usá-la, sendo mais uma imposição.

Daí que eu voto favoravelmente essa moção. Penso que ela é oportuna e penso que vem repor alguma dignidade no debate político.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Esta lei das autarquias não é uma lei mas uma malfeitoria política. E quem faz malfeitorias são os malfeitores. Portanto, se os partidos ou os dirigentes dos partidos chegarem à conclusão que não querem ser malfeitores, têm que alterar a lei.

A “conversa da treta” é por causa da estabilidade. E, “à pala” da estabilidade, os presidentes das juntas – que são entidades menores, naturalmente – não participam na votação mais importante de uma Assembleia Municipal, que é a votação do Plano e do Orçamento. Mas, para que é que eles não-votam? Gente insignificante... É este o tratamento que – se isto continuar assim – cada um dos partidos dará, ou não, aos seus presidentes de junta, que são quem lhes garante os votos no terreno. E isto também é um desafio a esses presidentes de junta. Continuem a dar a cara por estes partidos que, depois, vos tratam assim...

Mas não só! À “treta” da estabilidade vem também a composição dos executivos municipais. Mas, o que eles não dizem é que, com a lei actual, noventa por cento dos executivos municipais já são de maioria absoluta. Então, para quê reforçar uma maioria mais do que absoluta? Então, depois, vem a conversa – da treta – sobre a democracia em abstracto, com grandes considerações filosóficas. “Bem prega Frei Tomás: faz o que ele diz, não faças o que ele faz”.

Vamos ver, de facto, quem é que está do lado da democracia e quem é que está contra a democracia. Isto é com factos concretos, não com “conversa da treta”. Portanto, é mais do que oportuno, até porque a lei está na especialidade e pode ser alterada. E se o PSD reconhecer e “emendar a mão”, faz muito bem. E isso é um mérito, não é demérito.

A outra situação é: o Presidente da República também tem poderes de veto. E nós também vamos ver como é que se porta o Presidente da República. Também lá está para fazer alguma coisa; não é só para a cooperação estratégica com o Governo do Partido Socialista.”

Depois destas intervenções, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo Sr. João Esteves sobre a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos contra e cinco abstenções.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu abstive-me porque acho que há coisas que nós temos que ver, pensar e tentar equilibrar. Acho que as minorias sempre tiveram um papel importante na nossa sociedade. Nós fomos minoria durante muitos anos. Acho que seria mau pôr as minorias de lado. Neste momento, também espero que haja bom-senso. Espero também por esse bom-senso e foi por isso que me abstive. Por vezes, quando uma pessoa tem que tomar uma posição, tem que pensar no passado, pensar que o seu passado foi lutar pela democracia. E a democracia é, precisamente, a representatividade total. Foi por isso que me abstive.

Outro assunto que eu pretendia abordar era o seguinte: eu, como representante do Partido Socialista, recebi, da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, um abaixo-assinado pela construção de um novo reservatório. Li a missiva e acho que qualquer população merece ter o mínimo de instrumentos para adaptar as suas condições. Fala-se aqui que a rede pública já tem quarenta anos. Não sei se terá sido feita manutenção ou não. Penso que têm toda a razão. Mas, como neste momento, também estamos a passar esta situação com as Águas do Zêzere e Côa, sinceramente não sei o que hei-de opinar sobre isto. De qualquer das maneiras, recebi o abaixo-assinado e concordo com ele. Não sei é se as Águas do Zêzere terão outras soluções para melhorar o abastecimento da água a Vila Franca.

Outro assunto que queria abordar era precisamente aquilo que temos ouvido falar, que temos lido nos jornais. Uns dizem bem, outros dizem mal, outros “assim-assim”. Falar do *ranking* em que Oliveira do Hospital se encontra neste momento. Oliveira do Hospital foi, durante muitos anos, até há uns catorze ou quinze anos, o terceiro concelho do distrito de Coimbra. Passámos a quarto concelho, com a subida de Cantanhede, o que seria natural pois está perto de Coimbra, perto da Figueira da Foz...

Eu lembro-me que, há alguns anos, vieram cá representantes de uns empresários alemães para verem terrenos para fazerem uma fábrica. Chegaram aqui, olharam e disseram: “ muito bonito, até é parecido com a Alemanha, mas fazer a fábrica aqui, não. Fica muito longe da Figueira e dos casinos.”

Agora, temos à nossa frente Coimbra, Lousã, Figueira da Foz, Condeixa, Cantanhede, Póvoa do Varzim, Penela, Montemor. Oliveira do Hospital aparece no lugar cento e cinquenta e quatro. Depois, vem Miranda, Penacova, Tábua, Soure, etc.

Claro que esta classificação, da maneira como está feita, tem que ser bem lida. Concerteza que não vou ter tempo de explicar o que é que aqui diz pois são uma série de matrizes e de componentes. O elencar destes concelhos e nós estarmos na situação em que estamos, quer a nível nacional – no lugar 154 – quer a nível do distrito, o que me deixa mais preocupado – tem, como vários vectores, as comunicações, os equipamentos culturais, os equipamentos de saúde, os equipamentos educativos, as infra-estruturas básicas, a cultura, a educação, a população, a saúde, a segurança, o ambiente, o dinamismo económico, o mercado habitacional, o mercado de trabalho e o rendimento de consumo. São demasiados factores para nós podermos estar agora a analisar, caso a caso, de quem foi a culpa de não existirem no concelho. Acho que não vale a pena estarmos aqui a discutir isso. O que eu acho que é importante é nós sentirmos que estamos onde estamos. A nível do distrito, passámos para nono lugar. É claro que isto são um conjunto de parâmetros. Penela não tem nada a ver connosco e está à frente. Mas, com estes itens todos, está à frente.

Eu penso que a nossa preocupação de dizermos que somos o concelho que mais cresce, entre o mar e a serra, já “foi chão que deu uvas”. Acho que nós, neste momento, entre o mar e a serra, seremos só o concelho do distrito de Coimbra que está mais perto da serra. Penso que, entre nós todos, temos que estar todos juntos. É aqui, com estas críticas, com estes estudos, com estas observações... E não é dizer mal nem da Câmara, nem das Juntas de Freguesia nem dos Governos todos que governaram ou desgovernaram, que fizeram ou não fizeram estradas. Acho que nós também temos uma grande culpa. Eu olho para esta sala e acho que todos somos de cá. Portanto, temos que lutar e que ver como vamos conseguir ultrapassar esta situação. Para isso, temos que estar todos juntos. Para isso, temos que arranjar... E, às vezes, é isso, Sr. Presidente, que falamos e criticamos... Tem que haver um projecto, tem que haver um projecto futuro. Penso que nunca mais pode haver um candidato a Presidente que não tenha objectivos, que não tenha uma campanha, que não tenha um projecto. Não é piada, de maneira nenhuma. Somos todos nós que somos culpados disto porque somos nós que votamos os Orçamentos, que votamos as Grandes Opções. Mas eu chego à conclusão que não somos nós. Infelizmente, são alguns. E eu, ultimamente e infelizmente, tenho votado muitas vezes contra os Orçamentos. E é isso que eu não queria.

Para terminar, queria referir que, em relação às obras do Largo Ribeiro do Amaral, eu olho para o projecto e não me revejo nele. Sinceramente, não me revejo. Eu ainda me revejo na maior parte das árvores. Talvez sejam as reminiscências de miúdo, de ver as árvores crescer, de ter lá partido um braço e de ter lá jogado hóquei em patins. São estas pequenas coisas que vão retirar um bocado a centralidade de Oliveira do Hospital. Eu não gosto do projecto, sinceramente.

Mas havia duas perguntas que eu gostaria de fazer. Primeiro: a obra vai começar em Abril e vai demorar um ano. Sr. Presidente: irão ser criadas condições para que os comerciantes de todo este espaço não tenham os problemas que nós vemos acontecer noutros sítios durante um ano inteiro, com obras à porta... Se chover muito, fica toda a gente com as portas fechadas porque não se pode entrar... Será que estas situações estão a ser acauteladas?

Quanto ao silo e à questão de pagar ou não, quando vamos a qualquer cidade, estamos habituados a pagar para ter o carro o mínimo de tempo possível estacionado. Sei que vão ficar setenta e quatro lugares e, pelas contas que foram feitas, cada um vai ter um custo elevado. Sr. Presidente: pretendia saber se vai haver estacionamento no solo e, em caso afirmativo, quantos lugares estão previstos. É que, neste momento – e eu contei-os – existem cento e tal carros estacionados na rua e na praceta. Vamos passar de cento e tal lugares para setenta e quatro? E a serem pagos? Com a infra-estrutura da Biblioteca a ser feita? Com as outras infra-estruturas que possam vir a ser ali construídas? Onde é que estão os parques? Onde é que as pessoas vão deixar os carros? É nisto que nós temos que pensar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Luís Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui, nesta minha primeira intervenção na Assembleia, duas preocupações e três perguntas concretas ao Sr. Presidente da Câmara.

A primeira preocupação é sobre o IC6 e o IC7 dentro do nosso concelho.

Alguns arautos estão agora a especular acerca de uma alegada, “incapacidade” da nossa Região em concertar posições consensuais sobre o futuro traçado dos muito badalados Itinerários Complementares, o IC6 e o IC7.

Com essa conversa, tais arautos pretendem fazer recair sobre nós e sobre a nossa Região a responsabilidade pelos grandes atrasos na execução destes IC, atrasos que são da responsabilidade de sucessivos Governos e, em especial, do Ministério das Obras Públicas.

Pois, então, cumpre aqui afirmar que o Município de Oliveira do Hospital tem consenso – e consenso não significa unanimidade – acerca do melhor traçado dentro do nosso concelho e que será aquele expressado pela própria Autarquia.

Assim, convém aqui dizer que o projecto dos IC pode avançar dentro do nosso concelho, pelo menos a partir de Tábua.

Temos pois toda a legitimidade para reclamar do Governo a rápida execução desta parte da obra dentro do nosso concelho, afinal como o Governo já está a fazer em relação ao vizinho de Tábua... E, entendamo-nos, Tábua faz ou não faz parte da nossa Região?...

A preocupação seguinte é mais de ordem social, é acerca dos cabazes de Natal:

A Câmara atribuiu Cabazes de Natal a pais carenciados com crianças a seu cargo.

É uma iniciativa meritória.

Porém, terão ficado sem receber idênticos Cabazes de Natal os avós e outros familiares igualmente carenciados com crianças a seu cargo, bem como também terão ficado de fora pais e avós com jovens a frequentar a ARCIAL.

São casos a corrigir para o próximo ano.

Aliás, o que também aconteceu foi que os Serviços Sociais da Câmara não acolheram todas as propostas inicialmente apresentadas por alguns dos Serviços Sociais externos à Câmara para ofertar Cabazes de Natal a famílias abrangidas pelo RSI - Rendimento Social de Inserção, e com crianças a cargo.

O resultado final foi terem ficado sem Cabaz de Natal algumas dessas famílias abrangidas pelo RSI e com crianças a cargo, o que é contraditório e sobretudo injusto.

Outro aspecto a corrigir no futuro.

As três perguntas concretas são:

O que se passa com a adjudicação da obra de recuperação das estradas E.N. 230 e E.N. 231-2 entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha? Para quando se prevê o arranque das obras nesta estrada?

Quando prevê a Câmara transferir a verba que ordinariamente transfere para as freguesias, em transferência de capital?

Que informação oficial tem a Câmara Municipal acerca de:

Traçado dos IC dentro do nosso Concelho?

Encerramento do SAP nocturno do Centro de Saúde e do Tribunal de Comarca? Que pensa a Câmara fazer para obstar a tais possibilidades?"

Tomou, depois, a palavra o Sr. Dr. Francisco José Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Diz o Sr. Presidente da Câmara que “a forma como se faz uma notícia pode ser mais aliciante para quem a lê pois – e continuo a citar – o discurso fácil, da maledicência, afasta os leitores, pelo que as notícias também devem ser feitas de pedagogia, o que grassa pouco aqui pelos nossos lados”. Considera o Sr. Presidente da Câmara que “o *marketing* da notícia deve ser feito também com pedagogia porque, acima de tudo, está sempre a condição humana e não devemos pôr em causa a honra, o carácter e a personalidade das pessoas, pois só assim é possível construir uma sociedade elevada sob o ponto de vista social e político.”

Palavras bonitas estas, do Sr. Presidente da Câmara. No entanto, tem sido ele, o seu Vice-Presidente, o seu ex-Chefe de Gabinete e um ex-Vereador seu e actual Presidente local do seu partido – PSD – que têm feito as primeiras páginas dos jornais muito pouco edificantes para a classe política autárquica do nosso concelho. São eles que têm andado com acusações gravíssimas, de uns para outros, quer de gestão autárquica, quer pessoais, de onde podemos tirar as naturais ilações de “se é assim entre eles, como é que serão tratados todos aqueles que não são da sua filiação partidária?” Nós, por acaso, sabemos como...

Mas o mais grave aqui não é a forma como esses cidadãos – com responsabilidades acrescidas na vida política autárquica – se degladiam, que é uma forma em nada dignificante e muito menos pedagógica.

Mais: lembre-se, Sr. Presidente, que tanto a nossa vida política como a nossa vida pública exigem-nos uma coerência permanente e constante, de acordo com as nossas responsabilidades e as expectativas que, eventualmente, pretendemos criar. O mais grave é a forma de ingerência ostensiva com que o Sr. Presidente da Câmara pretende intrometer-se no trabalho dos jornalistas, tentando condicionar, dessa forma, a respectiva linha editorial. Isto é pôr em causa a liberdade de imprensa. Com essas atitudes, só vêm – o Sr. Presidente e o Executivo em permanência – demonstrar pretender o controlo da acção política, com a instauração de um clima de amedrontamento: “Ou estás comigo ou contra mim. E , se assim, fôr, sofrerás as consequências”.

Sr. Presidente: o Sr., tal como todos nós, tem que ter uma ideia básica: os jornalistas e os meios de comunicação social são independentes e existem para publicar notícias. E os políticos, tal como qualquer cidadão com exposição pública, estão naturalmente sujeitos à normal observação e análise pública.

Logo, também dos jornalistas. Assim, é grave, ridícula e muito perigosa esta sua tentativa de condicionar o trabalho dos jornalistas, atitude só digna do período do antes do 25 de Abril. Aliás, precisa esta Assembleia que o Sr. Presidente da Câmara explique porque é que retirou o jornal “Correio da Beira Serra” da lista das entidades a convidar pelo município para as cerimónias e outras actividades autárquicas. Será que o Sr. Presidente da Câmara quer uma comunicação subserviente, uma comunicação social que faça exclusivamente a sua campanha eleitoral? Será que já não lhe chega o seu boletim municipal, como um meio de fazer campanha eleitoral pessoal, ainda por cima paga com os dinheiros de todos nós?

Sr. Presidente: deixou-lhe um conselho. Aprenda de vez: os políticos fazem política; os jornalistas fazem notícias; os leitores compra e lêem o que quiserem. É assim. É assim em todas as democracias ocidentais.

A título de questão queria perguntar – e acho que esta Assembleia e os municípios em geral têm o direito de o saber – quanto é que custou o boletim municipal.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“Em primeiro lugar: eu, hoje, fiquei surpreendido perante o facto consumado de um conhecido café desta cidade já não poder fabricar os seus pastéis de nata com que, pelo menos eu, me deliciava há mais de quarenta anos! O pretexto é uma tal autoridade criada por lei da Comissão Europeia e do Governo Português: a famigerada ASAE. Agora, a pretexto de tudo actua assim, na base de uma enorme brutalidade. E estou a comedir-me quando utilizo a palavra “brutalidade”. O resultado final desta brutalidade, para além do endurecimento e factor de diminuição da democracia do Estado Português... É um dos sintomas da grande diminuição das liberdades e das democracias no nosso País, actualmente. E não estou a dizer que esteja, à esquina, a ditadura. Ainda não está, até porque a gente não vai deixar!

Mas, o que é preciso saber é que os regulamentos comunitários dão a possibilidade ao Governo Português de regulamentar – o que o Governo ainda não fez – e evitar estes abusos. Está criada uma comissão eventual na Assembleia da República para participar na regulamentação desses casos, daquilo que é tradicional, dos produtos tradicionais, dos pequenos e médios comerciantes... Eu até sugeria que o próprio município arranjasse forma de também se poder dirigir a essa comissão eventual no sentido de prestar elementos que pudessem ajudar esse património, esse saber fazer tradicional,

artesanal, do nosso município, não só neste caso, mas também noutros casos que estão a ser ameaçados.

Depois: eu recebi, há pouco, documentação do “Correio da Beira Serra” sobre o caso do parecer da Entidade Reguladora da Comunicação Social sobre uma queixa apresentada por aquele jornal e com uma informação de que o “Correio da Beira Serra” terá sido excluído da listagem dos órgãos de comunicação social local a convidar para eventos patrocinados directamente pela Câmara. Isto é, também, um sintoma de empobrecimento da democracia e da vivência democrática. Isto não é outra coisa. Porque, quando se exagera, de um lado ou do outro, há o recurso ao Tribunal. E aqui, há um caso concreto, do “Correio da Beira Serra” já ter sido concretamente condenado em Tribunal por aquilo que o Tribunal considerou ter sido um abuso da comunicação social. Portanto, que não se abuse agora do outro lado, também. Isto é um apelo que eu faço, como democrata, como cidadão e não só por ser colaborador do próprio jornal.

Entretanto, casos concretos que eu queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara:

Já aqui foi referido e, como Presidente da Junta de Vila Franca, agradeço ao Carlos Mendes ter manifestado apoio ao abaixo-assinado da freguesia por causa do depósito da água. O depósito está degradado e é insuficiente. Ultimamente, já mais três ou quatro vezes, voltou a faltar água em Vila Franca da Beira, por questões que são conhecidas e que nunca mais se resolvem.

A entrada dos esgotos na ETAR está em mau estado de manutenção e, logo, de funcionamento. Há duas fossas sépticas em Vila Franca da Beira que continuam com o poço roto, a drenar para fora, a prejudicar privados e, agora, a prejudicar até o próprio domínio público. Isto é uma “conversa” de já há muito tempo. Já tem meses. Naturalmente que a primeira entidade e a primeira pessoa a saberem disto tem sido a Câmara Municipal e o Sr. Presidente... E eu volto a apelar, continuo a apelar... Agora, também está metida no “negócio” a empresa Águas do Zêzere e Côa, que lá esteve a fazer uma vistoria, uma inspecção, a dar-se conta no terreno destas situações. Mas, de facto, é tempo de se resolver aquilo.

A questão fundamental é: em que ponto é que está a negociação dos protocolos entre a Câmara e as Águas do Zêzere e Côa para estas questões da ETAR e do próprio depósito? Diz o técnico da empresa que não é necessário um depósito novo, que seria, como recurso, um motor para introduzir pressão na rede, quando esta está mais baixa. Será remendo sempre? Mas, alguma coisa tem

de ser feita porque a população de Vila Franca da Beira não pode ficar a pagar água mais cara e ficar mal servida.

Portanto, isto é uma questão de direito básico, elementar. E, francamente, porque é necessária tanta conversa, porque é que é necessária tanta chatice? Se se diz que se resolvem coisas mais complicadas, porque é que não se resolve o problema de duas fossas sépticas, que estão a prejudicar privados que ainda andam a manter verde alguma parte das nossas terras de cultivo?

Quanto ao calcetamento das adjacentes ao Largo do Rossio, que são quatro mil, cinco mil metros quadrados: são das piores ruas do concelho. Quantas vezes é que eu já disse isto aqui? Mas, porque é que eu tenho que dizer isto tanta vez? Porquê? Como e quando se vai resolver este problema? A Freguesia de Vila Franca da Beira volta a manifestar a sua disponibilidade para algum acordo prático com a Câmara para se resolver este problema. Nós queremos resolver problemas, nós já temos problemas que chegue, não queremos arranjar mais problemas.

As escolas que servem Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa: quantas vezes e há quantos meses ou anos se anda a falar nisto, Sr. Presidente da Câmara? É necessário arranjar o telhado, o jardim, o parque infantil. Sr. Presidente da Câmara, afinal o que é que se passa? Porque não manda proceder a estes melhoramentos nestas escolas?

Outro ponto: uma proposta:

A Freguesia de Vila Franca da Beira propõe uma “delegação de competência” formal da Câmara Municipal na Junta de Freguesia para efeitos da elaboração de uma candidatura, no âmbito do QREN, à construção de um edifício anexo ao núcleo escolar que serve Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa. Isto se a Câmara não quiser promover uma candidatura para esse efeito como, aliás, lhe competiria fazer.

Se não quiser fazer, deixe fazer. Então, o apelo que se faz é que promova uma delegação de competências concreta na Junta de Freguesia para esse efeito e que inclua esse edifício na Carta Educativa, tal como eu também já propus há muito tempo, para que essa candidatura ao QREN seja viável e se possa, pelo menos, candidatar a possibilidade de ter oitenta por cento de financiamento. Nós estamos a tentar evitar que a Câmara Municipal gaste muito dinheiro.

E, para terminar, um voto de protesto:

“O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social acabou por não aprovar algumas candidaturas apresentadas por Instituições de Solidariedade

Social do nosso concelho ao Programa Institucional PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, gerido pela Segurança Social.

Trata-se de um mau desfecho que vem gorar os esforços e as justas expectativas dessas Instituições.

Saliente-se que as candidaturas em causa visavam o apoio financeiro do Estado para construção e equipamento de Lares de Idosos, de Creches e Jardins de Infância, precisamente infra-estruturas e equipamentos de apoio às duas camadas etárias mais vulneráveis a problemas de toda a ordem e que mais sofrem com as dificuldades actuais.

Porém, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade aplicou uma razia completa às candidaturas de entre as quais: Creche e Jardim de Infância da Obra Dona Josefina da Fonseca, Lar de Idosos da Cordinha (Ervedal da Beira), Unidade de Acamados do Lar de Idosos de Avô e Lar de Idosos de Aldeia das Dez, o que indicia claramente que, no caso, o “critério” seguido para a não aprovação foi o do “corte” financeiro “puro e duro”...

Perante a situação, a Assembleia Municipal exprime o seu “voto de protesto” pela não aprovação, pelo Governo através da Segurança Social, das candidaturas ao Programa PARES apresentadas por algumas Instituições de Solidariedade Social do nosso concelho.

“Voto de protesto” igualmente pelo reduzido número de “acordos” concedidos pela Segurança Social a alguns dos Lares de Idosos do concelho para subsidiar os mais carenciados, como especialmente acontece com o Lar de Idosos da Cordinha.”

Por fim, queria só referir o recorte de um jornal, em que Sra. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo quando, também perante um idêntico corte nas candidaturas no seu concelho, veio dizer que vai exigir uma reunião urgente com Mário Ruivo, Director Regional da Segurança Social.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não vou fazer nenhum comentário de fundo sobre esta matéria. A única coisa que vou dizer é que o voto de protesto não é nenhuma figura regimental. Ou faz uma moção, ou faz uma proposta, ou faz um ponto de ordem à Mesa. Tem que se respeitar, minimamente, a forma como as coisas funcionam. O voto de protesto não existe, do ponto de vista do direito administrativo.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes:

“Em relação a isto, como sempre fui solidário, como penso que a terceira idade é um marco, que são as pessoas mais idosas que nos ensinaram as coisas e

são as pessoas mais idosas que nos acompanharam durante a nossa juventude... Neste caso, nesta moção, vou tomar uma posição completamente diferente.

Mas queria deixar aqui dois pontos: é que Oliveira do Hospital, felizmente, já tem muitos equipamentos. E muitos concelhos aqui à volta, estavam carentes desses mesmos equipamentos. Se calhar – e aqui eu ponho o “se calhar” – algumas das nossas instituições foram preteridas para que outros concelhos viessem a ter aquilo que não tinham. Penso que, para mim, é o ponto principal.

Já agora, não podia deixar de deixar o protesto do meu companheiro e camarada Vereador de que não é só dizer mal das coisas e que também tem que se dizer bem. Então, eu queria que ficasse em acta que, apesar do Governo ter feito o que fez para as outras instituições, fez para a ARCIAL e fez para a Misericórdia. Claro que todos nós gostaríamos que todas as nossas instituições tivessem tido possibilidades de ter essas verbas.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo sido aprovada com quatro votos contra e quatro abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu:

“Há uma natural expectativa em Meruge e, naturalmente, em Lagares, sobre a beneficiação e rectificação da estrada que liga essas duas localidades. Queria, então, saber em que ponto se encontra esse projecto.

Também há alguma expectativa, curiosidade e até alguma insatisfação pelo facto de não se vislumbrar o arranque efectivo da construção das ETAR nas freguesias. De facto, como se sabe, o sistema tem trinta anos, as fossas estão em ruptura em quase todas as freguesias e era urgente que este plano avançasse e que a empresa Aguas do Zêzere e Côa não viesse só reclamar a revisão do acordo que fez com a Câmara Municipal, exigindo a antecipação dos prazos dos pagamentos e até da elevação do custo da água. Era importante que, de facto, implementasse no terreno aquilo que é uma obra fundamental para os tempos que vivemos.

Uma outra questão era sobre o ponto de situação do PDM. Nós verificamos que, nas nossas freguesias, por virtude de termos um PDM bastante restritivo, que não há terrenos disponíveis para que os nossos jovens possam construir e fixar-se nas nossas aldeias como era bom que acontecesse. Quanto ao novo PDM, fomos ouvidos – pelo menos sobre a nossa freguesia – e demos as nossas opiniões, que creio que foram acolhidas. Gostava, então, de saber se a sua

conclusão ainda demora muito pois abriria expectativas de desbloqueamento de terrenos que podiam ser loteados para construção.

Gostaria, agora, de apresentar uma moção que tem a ver com um problema com o qual já fomos confrontados mas que nem sempre nos preocupa porque não abrange um número generalizado de pessoas. Tem a ver com a dupla tributação de que estão a ser alvo os comerciantes que têm publicidade à beira das estradas nacionais. A partir do momento em que a empresa Estradas de Portugal foi transformada numa S.A., decidiu cobrar uma taxa pelo parecer anual que dá sobre a publicidade estática nas estradas. É óbvio que esse parecer é necessário. A lei impõe há já alguns anos que exista, não obrigava era que fosse pago. Agora, cobram cinquenta e seis euros e setenta e nove cêntimos por metro quadrado de publicidade, sendo um pagamento anual. Para além disso, os comerciantes têm que pagar também a sua licença de publicidade à Câmara Municipal, como acontecia. Aliás, o requerimento é feito à Câmara Municipal e esta é que pede o parecer às estradas de Portugal. Eu considero que isto é uma situação de injustiça, sobretudo num momento em que o pequeno comércio, o micro comércio sofre uma situação de constrangimento, de falta de vendas. Creio que deve é receber estímulos e não mais restrições ao seu desenvolvimento.

Então, eu iria ler a moção:

“NÃO À DUPLA TRIBUTAÇÃO PARA A PUBLICIDADE EM ESTABELECIMENTOS NAS ESTRADAS NACIONAIS

A Estradas de Portugal, após aprovação pelo Governo da sua transformação em Estradas de Portugal, S.A., desencadeou uma operação no sentido de rapidamente concretizar a cobrança de receitas de publicidade nas Estradas Nacionais.

Os empresários que têm os seus estabelecimentos junto a Estradas Nacionais, têm de pagar dupla tributação (uma à Estrada de Portugal, outra à Câmara Municipal) pela publicidade visível da estrada.

Nos termos da Lei n.º 97/88, compete às Câmaras Municipais, anualmente, licenciar a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial. Para isso têm de pedir pareceres às entidades competentes, nomeadamente à Estradas de Portugal.

A Estradas de Portugal, S.A., emite o parecer e cobra cinquenta e seis euros setenta e nove cêntimos por metro quadrado. Como o licenciamento é anual e os pareceres obrigatórios, as consequências são óbvias. Paga-se à Câmara e paga-se à Estradas de Portugal, S.A.

Esta é uma situação iníqua que urge corrigir, sobretudo porque se pretende canalizar, para uma empresa que vai ser privatizada, dinheiro proveniente essencialmente dos pequenos empresários, a braços com uma das maiores crises dos últimos anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida no dia 29 de Fevereiro de 2008, manifesta a sua solidariedade a todos os afectados pela dupla tributação imposta pelas Estradas de Portugal, S.A., e sugerem ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações que proceda à alteração do Decreto-Lei 25/2004, de 24 de Janeiro, mantendo a obrigatoriedade do parecer da Estradas de Portugal, S.A. para a publicidade dos estabelecimentos junto às Estradas Nacionais, mas sem custos para os requerentes.”

Seguidamente, a Mesa da Assembleia colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. João Abreu, tendo sido aprovada por maioria, com oito abstenções.

O Sr. João Abreu retomou a sua intervenção:

“A minha moção seguinte é sobre a lei eleitoral para as autarquias que, neste caso concreto, incidia mais sobre a problemática das freguesias. Eu considero que ainda é pertinente votar mas deixo à vossa consideração. Vou, então ler:

“REVOGAÇÃO DA NOVA LEI DAS AUTARQUIAS LOCAIS

A revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias, em discussão na especialidade na Assembleia da República, visa garantir, de modo artificial e administrativo, uma maioria absoluta a quem detenha a presidência.

Se vier a ser aplicado, este sistema resultará em manifesto prejuízo do funcionamento colegial dos órgãos autárquicos, na redução do nível de fiscalização democrática e na ampliação da margem para uma gestão menos transparente.

Mas esta Lei pretende consagrar outra iniquidade, menorizando os Presidentes de Junta ao retirar-lhes a qualidade de membros de pleno direito do órgão deliberativo municipal, impedindo-os de votarem os principais instrumentos de gestão do município, nomeadamente o Plano Plurianual e o Orçamento, ou as respectivas revisões, bem como votar as moções de rejeição de composição do executivo municipal.

Num aditamento ao artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, diz a nova Lei que: “Nas votações relativas ao exercício das competências previstas nas alíneas c) do n. 1

e b) do n.º 2, apenas participam os membros eleitos directamente e em efectividade de funções”.

Esta desconsideração dos Presidentes de Junta na futura lei, foi rejeitada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, como consta do documento que nos foi entregue, e motivo de apelo da ANAFRE, para que se façam chegar à Assembleia da República votos de protesto exigindo a mudança da lei e a revogação desta disposição legislativa.

É com esse objectivo que submeto à votação da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, esta Moção.”

Em seguida, a Mesa colocou à votação a presente moção, tendo sido aprovada por maioria, com três votos contra e quatro abstenções.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Há dias, li num jornal da nossa comunicação social local, num artigo que, pelos vistos, também está num *site* inglês, uma coisa muito engraçada. Falava da falta de desenvolvimento industrial do nosso concelho, da falta de mobilização das nossas gentes, da diminuição do emprego no nosso concelho, que não há fixação de jovens, a perda de prestígio do nosso concelho, a falta de políticas de turismo, um concelho em que as freguesias estão cada vez mais desertas e mais desvalorizadas, em que a população vem para a sede do concelho, em que a comunicação social é maltratada neste concelho, em que há crispação, entre outras coisas.

Eu não tinha lido quem era o autor deste artigo. Eis quando reparo que não era de nenhum colega do meu partido, mas do Presidente da Concelhia do PSD, José Carlos Mendes. E eu digo: isto é possível? Não pode ser! Há aqui qualquer coisa esquisita. Temos aqui duas velocidades, temos duas ideias, temos duas situações diferentes neste concelho. Como é que este concelho pode andar, pode evoluir, quando isto se passa assim? Provavelmente nos próximos meses vamos ter a resposta. Eu espero que seja positiva para o desenvolvimento do nosso concelho, para bem dele, para bem dos partidos que existem neste concelho e para o nosso futuro colectivo.

Outra questão: Sr. Presidente, hoje vai discutir-se o “INVISTA +” e teve uns prémios do “EMPREENDER +”. É com alta satisfação que nós vemos isto. O PS defende isto e sempre o defendeu. O Sr. Presidente – continuo a dizer-lho – está a aprender muito connosco e com a oposição. O Sr. só está a começar de ter umas boas ideias para este concelho e a ter algumas diferenças porque tem uma

boa oposição. Isto também pode ser aplicado eventualmente ao País. Só que o País, infelizmente, neste momento tem uma fraca e má oposição.

Também lhe queria dizer o seguinte: invista mais, sim; empreenda mais, sim. Onde e como é que eu não sei. O parque industrial de Oliveira está esgotado. O parque industrial da Cordinha está “às urtigas”. Há empresas do nosso concelho que estão a ir para os concelhos vizinhos. Peço desculpa se estou enganado mas temos um exemplo recente de uma empresa que foi para o concelho de Gouveia, onde até lhe deram e remodelaram o pavilhão onde se vai instalar. E uma empresa deste concelho, que investiu cá, que agora não tem oportunidade e que vai para Gouveia. E que também dá trabalho a outras empresas deste concelho.

Eu pergunto: que perspectiva tem esta Câmara e o Sr. Presidente de criar aqui oportunidades para os nossos empresários, para o nosso futuro e para os nossos jovens?

Outra questão: continuamos sem ter a incubadora de empresas.

E acho que, perante o que já ouvi e o que vou ouvir a seguir, que não me surpreende que o concelho de Oliveira do Hospital esteja em nono lugar no *ranking* aqui do distrito. Porque, depois, faltam oportunidades, falta o sentirmo-nos bem, falta o gostar de cá estar. E os nossos jovens, noutros concelhos vizinhos ou noutro distrito, têm essas oportunidades e fogem de cá.

É a altura imperativa de mudar isto, com nós todos. E nós, naturalmente, dizemos sim ao Sr. Presidente quando for em situações desse género e outras que desenvolvam este concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco José Garcia:

“Não sei se a pergunta será para o Sr. Presidente ou se será mais para o Sr. Vice-Presidente. Constou-nos que houve uma reunião entre uma empresa, o Sr. Vice-Presidente e o responsável da parte da informática da Câmara, sobre uma proposta de cobertura do nosso concelho de Internet banda larga de uma forma gratuita para os cidadãos e de uma forma democrática dado que – não sei quais são os valores – mas a maior parte do nosso concelho não está coberta por banda larga. Aqui seria móvel, a custo zero para os cidadãos, para os turistas, para os nossos emigrantes quando cá vêm. E a um custo extremamente reduzido. Ao que consta, entre os vinte e os vinte e cinco mil euros, que é uma ninharia no orçamento anual camarário. Era para saber o estado desta conversa, desta reunião, se é que houve lugar a ela, qual foi a resposta dada à entidade. Se sim, se não, se nim, se é vontade ou não da Câmara avançar com este projecto e, de alguma forma, conseguir democratizar o acesso à informação e ao conhecimento

que a Internet proporciona e que é uma lacuna e uma mecha nos concelhos do interior. Por vinte ou vinte e cinco mil euros, se eu fosse rico, oferecia isto ao concelho. Mas não sou, pelo que não posso oferecer.

A outra questão é simplesmente para saber como é que está a nossa situação no que toca às regiões de turismo.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Queria começar por fazer uma explicação em relação à Comissão de Protecção de Menores, à reunião alargada. Porque há quatro reuniões por ano e, realmente, têm sido marcadas sempre para o mesmo dia da semana – às quintas-feiras, às catorze e trinta minutos – E eu tenho aulas e não posso cá vir. Por isso, queria dizer que coloco a possibilidade de, se as reuniões continuarem a ser à mesma hora, ter de abdicar e do Partido Socialista ter que indicar outra pessoa com mais disponibilidade de tempo.

Também queria dar uma pequena explicação sobre a minha votação favorável aquando da moção apresentada pelo João Esteves. Dizer que não posso, com a minha coerência e com consciência, andar aqui às vezes a exigir ao Sr. Presidente da Câmara que delegue maiores competências nos Presidentes das Juntas e, depois, a concordar com esta lei autárquica que lhes reduz determinados poderes. Penso que os Srs. Presidentes das Juntas desenvolvem um trabalho fundamental e que nem sempre são tratados com a dignidade que deviam ser. Por essa razão, tive que me mostrar coerente comigo próprio e votei favoravelmente a moção do João Esteves.

Também queria perguntar em que fase se encontra a adjudicação da estrada Oliveira do Hospital e Felgueira, bem como a estrada entre a Ponte do Salto, o limite de Seia e Seixo da Beira.

Para terminar, tinha uma moção sobre os IC 6, 7 e 37. Como sabem, há um posicionamento de algumas Câmaras Municipais – não há um acordo – porque as Câmaras de Gouveia, Mangualde, Viseu e Manteigas tentam levar o IC 37 mais para cima do que aquilo que nós gostaríamos.

Passaria, então, a ler a moção:

“No âmbito da consulta pública referente à Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Rodoviário Nacional na Região do Centro Interior (IC6, IC7 e IC37) e após análise detalhada dos documentos disponibilizados, e considerando:

Uma perspectiva estratégica de desenvolvimento económico e social da região em questão e suas consequências no território;

O reforço das ligações entre os principais centros urbanos, com significado relevo para a permeabilidade do território e sua repercussão na redução do efeito de barreira, bem como na criação de oportunidades da articulação com a restante rede rodoviária, de nível superior ou inferior;

O interesse turístico e paisagístico da região, associada à promoção dos seus produtos e das actividades que podem ser proporcionadas, ao nível cultural, ambiental e desportivo;

A consolidação do sistema urbano como matriz de estruturação territorial e como tal, condicionador de fluxos, oportunidades de emprego, de atracção residencial e demográfica;

Os impactes ambientais associados à implementação das soluções em consulta, nomeadamente ao nível da preservação dos recursos naturais endógenos e da afectação de áreas com interesse ecológico;

A relação custo/benefício associada a cada um dos cenários que deverá envolver preocupações em termos de eficácia, produtividade e rentabilidade dos investimentos.

A Assembleia Municipal vem manifestar a sua convicção de que a opção pelo Cenário C se afigura como a mais adequada, dado ser o que se apresenta como o mais equilibrado, o que melhor se adequa às necessidades desta região ao nível do seu desenvolvimento e o que traduz menores impactes ambientais, sociais e territoriais.”

Esta moção também foi votada pelo Núcleo Empresarial e, agora, eu trazia-a aqui.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Prof. João Dinis:

“Nós, na CDU, associando-nos a esta moção do Prof. José Carlos mas reforçando aquilo que inicialmente dissemos: não pode servir de pretexto ao Governo vir agora dizer que não há consenso, que a região não se entende, para fazer aquilo que vão fazer, que é protelar a obra mais tempo desnecessariamente.

É que já há aqui – e o Luís escreveu isso – alguns arautos com essa “conversata” para os incautos: “a região não se entende, não há consenso...” Oliveira do Hospital tem consenso suficiente para dizer ao Governo “Faça-se a obra por aqui, dentro do nosso concelho. Porque em Tábua – que também é da região – a obra está a avançar. E Tábua não pode ser tratada de forma diferente de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve. Aliás, eu nem pensava falar neste período. Devo confessar que há alguma dificuldade de motivação da minha parte para continuar a vir aqui. Mas é evidente que o defeito é meu. Façam o favor de considerar esta posição como sobranceira, se quiserem. Mas, como se falou... Aliás, hoje a sessão não foi a de atacar o Governo; foi a sessão das moções. Mas, ainda assim, houve aqui um ponto que eu considero uma autêntica barbaridade e, por isso, eu senti necessidade de vir aqui falar nele: a questão da ASAE.

A ASAE está a fiscalizar actividades que tinham legislação aprovada há cinco, dez e vinte anos, e que não estavam a ser fiscalizadas. O que aconteceu foi que todo este “estardalhaço” público que se viu na comunicação social tem a ver, efectivamente, com o hábito português de deixarmos andar as coisas e não fazermos nada para nos adequarmos à lei. Dirão que algumas dessas leis são de âmbito europeu. É verdade, mas isso não quer dizer que essas leis sejam más.

Pela minha função de há um ano e tal a esta parte, eu podia-vos trazer aqui fotografias tenebrosas daquilo que consta nos processos da ASAE. Coisas, exemplos indescritíveis em relação a higiene. Há uma fotografia que o Dr. Antunes Nunes costuma passar – aliás, ainda ontem a passámos na Batalha –, onde há uma quantidade enorme de ratos à volta de um cesto de pão que estava para ser vendido.

Portanto, eu penso que é desconhecer completamente o que se passa com a ASAE vir aqui fazer chicana política só porque está na moda “bater” na ASAE. É preciso sabermos do que falamos. Porque não há fiscalização nenhuma das colheres de pau, não há fiscalização nenhuma das bolas de Berlim, não há fiscalização nenhuma do arroz de cabidela, não há fiscalização nenhuma do arroz de lampreia. O que há é – e aqui neste concelho – falta do HACCP, falta de higiene, falta de licenciamento, falta do livro de reclamações, falta da tabela de preços. Alguns dirão “para que é que isso é preciso?” Isso é um comentário que fica com cada um de vós.

Eu disponibilizava-me, se acharem oportuno e até porque a questão foi levantada... E como, no âmbito da ARESP, quer eu, quer o Dr. António Nunes, estamos a fazer uma campanha preventiva de dar a conhecer as leis sobre esta matéria pelo País – como disse, ontem estivemos na Exposição, na Batalha... Se a Câmara vir nisso alguma vantagem, através da ARESP, de fazer aqui, em Oliveira do Hospital, uma sessão para os operadores da zona, para os comerciantes, para os industriais, para todos os interessados nesta matéria, com

a presença do Dr. António Nunes e do Sr. Comendador Mário Pereira Gonçalves, Presidente da ARESP desta área, que, aliás, temos colaborado de uma forma espantosa – o próprio representante dos restaurantes e similares de Portugal... Eu, pela minha parte, comprometia-me a trazer cá o Sr. Presidente da ASAE, desde que a Câmara, através da ARESP, se disponibilizasse para organizar uma sessão para informar, de uma vez por todas, os senhores operadores, para que não continuasse a haver esta chicana política que está a haver no País, como ainda acabámos de assistir agora.”

O Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre este aspecto e até porque fui eu que levantei aqui a questão, eu digo o seguinte e repito: é um abuso e uma brutalidade eu não poder comer os pastéis de nata que há quarenta anos comia aqui num conhecido café desta cidade, fabricado pelos respectivos pasteleiros. Isso é uma brutalidade e é o sintoma da falta de liberdade económica, falta de democracia económica que o Governo está a impor ao País. Porque também nisto são mais papistas que o Papa.

Eu sei muito bem – e o Sr. escusa de vir para aqui pretender dar essa lição – conheço a lei europeia e sei que o Governo devia ter regulamentado e não regulamentou ainda as isenções para os produtos tradicionais, entre outros. E mais: o Grupo Parlamentar Socialista – como o Sr. bem sabe – depois de acochado na Assembleia da República, tomou a iniciativa de constituir uma comissão eventual exactamente para participar nesse trabalho de regulamentação que o Governo ainda não fez. Eu até sugeria à Câmara que pudesse entrar em contacto com essa comissão eventual da Assembleia da República, para participar nesse trabalho. Porque, como estão as coisas e, independentemente dos exageros e dos excessos que devem ser corrigidos, está-se a entrar na repressão pura e dura.

O objectivo é muito simples: é para as pessoas irem aos hipermercados, comprarem nas grandes empresas, nos grandes grupos comerciais. Não é outro. E é por essas e por outras que essas empresas continuam a dar lucros astronómicos, que a banca dá – cinco instituições bancárias – mil milhões de euros de lucro, enquanto nós somos sangrados por este tipo de políticas. Portanto, a chicana política, quem a fez aqui foi o Dr., porque foge à verdade dos factos.

E mais: se a ASAE portuguesa – mais papista que o Papa – fosse a Paris e fosse a Bruxelas, à capital do “império”, fechava mais de metade daqueles restaurantes onde a “fina-flor” da União Europeia vai jantar nas zonas de luxo.”

Interveio ainda o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“E só para dizer que o Sr. Deputado que acabou de falar tem razão numa coisa que é a criação da tal comissão eventual para legislar sobre os produtos que são locais, digamos assim. Só que esqueceu-se de dizer uma coisa: é que isso não está a ser fiscalizado. Portanto, não esteja com demagogia. Essa parte não regulamentada não está a ser fiscalizada. Quer prova? Eu trago-lhe aqui o Sr. António Nunes e ele diz-lhe isso. Portanto, não vale a pena estarmos com demagogia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Quero dizer que estou aqui para falar de assuntos que digam respeito ao desenvolvimento do concelho e não de assuntos de índole partidária. Para aí, ninguém me leva. Por isso, algumas questões que foram levantadas por alguns membros desta Assembleia ficarão, naturalmente, sem qualquer tipo de resposta. A minha função aqui não é essa. Por isso, por muito que lhes custe, por muito que lhes doa, e se são os tais democratas, têm que conviver com esses factos. Com os factos daquilo que é a verdadeira essência da democracia. E não vir para aqui falar naquilo que não devem, que não tem cabimento aqui, nesta Assembleia.

Queria dizer ao Sr. Carlos Mendes, que enumerou um conjunto de factores que, com esses factores que enumerou, eu respondo também ao Dr. Rodrigues Gonçalves, quando vem aqui dizer “mas esse investimento não é reprodutivo”. Mas, entretanto, serviu como um critério de avaliação para o tal *ranking* que o Carlos Mendes referiu. Esta é que é a realidade. É que, investimentos que são colocados em Plano e que se pretendem levar a cabo e que são considerados, depois, nas avaliações que são feitas pelas universidades relativamente a estas situações, alguns dos Srs. porventura em determinada ocasião, entendem dizer que são investimentos não reprodutivos. Aliás, eu já tive aqui o cuidado de dizer, por diversas vezes, que, se uma via, a requalificação de uma cidade, uma biblioteca ou um novo espaço para a feira não são investimentos reprodutivos, então o que são investimentos reprodutivos?

Queria também dizer ao Carlos Mendes que o nosso concelho era o terceiro mas em termos de pagamento de impostos e de população. Portanto, não tem absolutamente nada a ver com aquilo que está aqui em causa. Há uma outra questão que me parece importante e positiva que é a seguinte: o concelho de Oliveira do Hospital é considerado moderadamente inclusivo, que não é aquilo que acontece com Tábua, com Arganil, com Seia ou com outros que estão aqui à

volta. Por isso, quando às vezes se vem aqui tentar apregoar, na tal dita demagogia política, que nós somos uns desgraçadinhos, digo que não somos desgraçadinhos. Porque o estudo não fui eu que o encomendei nem fui eu que o fiz. Foi feito por uma entidade independente. E deu os resultados que deu. Dizem que estamos em nono lugar. Pois estamos.

Eu, na semana passada, num debate promovido por jovens da Escola Secundária sobre cidades criativas, ouvi – e discordei, até – o nosso conterrâneo Eng^o António Campos dizer que a tendência era sempre vir para a cidade. Ouvi o Sr. Eng^o António Campos dizer, e eu discordei, que a tendência em termos educativos era ter um sistema centralizado. Eu discordei. Ou seja, visões naturalmente diferentes daquilo que deve ser o desenvolvimento do concelho em determinadas matérias. A tese, a teoria do Eng^o António Campos é que aqui vai surgir um grande pólo aglutinador e que a tendência é as freguesias ficarem desertas. Eu contrapus dizendo que é por isso que nós estamos a investir nas freguesias. Entendemos que temos uma teoria diferente relativamente a isso. Pretendemos estancar esse movimento de pessoas das freguesias para a sede do concelho.

E não me espanta nada que, os concelhos à volta de Coimbra, sofram a influência de Coimbra. São dormitórios daquela cidade, de pessoas que lá trabalham. É perfeitamente natural que, a este nível, estejam à frente de Oliveira do Hospital.

E digo aqui aquilo que disse na altura: não me sinto satisfeito. Se me sentisse satisfeito, já tinha ido para casa. Se estou aqui, é para trabalhar em prol do desenvolvimento do concelho, custe isso o que custar a algumas pessoas, doa a quem doer. Enquanto o povo quiser – e quem manda é o povo – eu estarei ou não estarei cá. Essa é que é a questão fundamental. E é uma questão de perfeita democracia.

Depois, o Carlos Mendes colocou algumas questões sobre o projecto de requalificação do Largo Ribeiro do Amaral. Houve aqui uma exposição da maquete. As pessoas tiveram oportunidade de se pronunciar. Ele próprio se pronunciou pois havia um estudo inicial que não contemplava, por exemplo, uma cafetaria, ele falou e agora está prevista uma cafetaria. Quanto ao estacionamento: nós vamos ter setenta e quatro lugares subterrâneos. Eu tive o cuidado de dizer aqui que cada lugar de estacionamento subterrâneo custa cerca de dez mil euros. E vamos ter outros tantos lugares de estacionamento à superfície. Naquela zona do silo vai ficar uma praça ampla para as pessoas

poderem estar e passear tranquilamente. É uma questão de opção. E julgo que esta obra é importante para revitalizar o centro da cidade.

Outra questão colocada pelos jovens da Escola Secundária no debate que eu referi foi a do estacionamento. E eu disse uma coisa muito simples: disse que a questão dos estacionamentos em Oliveira do Hospital, a meu ver, é uma falácia. Por uma razão muito simples: se passarmos junto ao cemitério velho ou junto ao mercado, temos uma série de estacionamentos disponíveis. A que distância fica aquele espaço aqui da Câmara, do Tribunal, da banca ou dos Correios? Ou seja, o problema é que nós todos falamos das doenças do coração e nada fazemos para reduzir o risco. Queremos vir com o carro e, se possível, “enfiá-lo” dentro da repartição. E esse é o problema de Oliveira do Hospital. É um problema de mentalidade; é um problema de cultura a este nível. Eu continuo a dizer que, em Oliveira do Hospital, não há falta de lugares para estacionamento.

Também foram colocadas uma série de questões relativamente a obras, IC6, IC7, traçados... Eu continuo a dizer aquilo que disse no Hotel São Paulo aquando da inauguração do Núcleo Empresarial: para Oliveira do Hospital há só uma questão que é a passagem a norte. Se passa a mais ou a menos cem metros, para nós não faz diferença nenhuma. Se o nó fica a mais ou a menos quinhentos metros, também não é isso que vai fazer diferença. Importante, disse eu, é não dar argumentos ao Governo para que a obra não se faça. Isso é que é importante. E hoje, aqui, esta Assembleia também já deu uma prova disso, que o que nos interessa é o traçado C, que não estamos preocupados com as guerras dos concelhos vizinhos a nascente sobre os túneis a atravessar a Serra. Nós estamos interessados é que as obras se façam e não sejam dadas condições ao Governo para arranjar desculpas para que as obras não se façam.

Mas há coisas que me preocupam. Ainda na semana passada estive numa reunião nas Estradas de Portugal, para falar sobre as estradas nacionais que ainda temos no concelho e no estado do pavimento dessas estradas. Essa reunião foi com um dos Administradores, que está ligado às autarquias, e ele disse que na segunda-feira imediatamente a seguir que me telefonava para me dar conta do que estava ou não previsto. E eu tive o cuidado de lhe dizer, no final da reunião, que eu não era pessoa que gostava de andar a ser enganada e que, quando ele me ligasse, era para dizer se havia ou se não havia disponibilidade. Recebi um telefonema na terça-feira e, efectivamente, a resposta foi que, neste ano, não há verbas contempladas para arranjar a Estrada Nacional 17 nem a Estrada Nacional 230, que têm o piso como vocês sabem.

E também falei na hipótese de haver algum contrato-programa para apoio na realização das obras na Estrada Regional que liga Oliveira do Hospital à Felgueira. A informação que me foi dada foi que essa via não faz parte do pacote que foi transferido para as Estradas de Portugal e que esse assunto só podia ser resolvido com o Sr. Secretário de Estado. Vou falar com o Sr. Secretário de Estado mais uma vez, para ver se há ou não disponibilidade política e não só, por parte dele para, em diálogo com as Estradas de Portugal, arranjar uma solução que possa vir a minorar os custos de manutenção desta via.

E, já agora, aproveito para informar porque é que as obras ainda não se iniciaram. Os concursos públicos têm estes problemas, que são questões de transparência dos actos administrativos. Foi feito o concurso, foram abertas as propostas. A Comissão de Abertura de Propostas, no acto público, deliberou excluir uma empresa do concurso. Posteriormente, essa empresa apresentou uma reclamação, que foi analisada pelo Gabinete Jurídico da Câmara, que entendeu que a empresa tinha razão. A Câmara Municipal deliberou em conformidade com o parecer jurídico e a empresa que ficava em primeiro lugar reclamou dessa deliberação. O assunto foi novamente remetido para os juristas, que entenderam que, afinal, tinham cometido um erro na primeira análise e que se devia manter a situação inicial. Foi novamente a reunião de Câmara e a Câmara voltou a deliberar sobre essa matéria. Neste momento, estamos em fase de recolha dos documentos para a celebração do respectivo contrato. Esta é a situação do processo de adjudicação desta estrada.

Quanto à questão da outra estrada do Moinho do Buraco, eu já disse aqui, por mais do que uma vez, que não podemos ter aquelas duas vias em trabalho simultâneo. Por isso, quando tivermos resolvido o problema da estrada para a Felgueira, pelo menos naquela parte em que a outra pode servir de alternativa, estaremos em condições de poder lançar o concurso. Enquanto isso não acontecer, não há condições objectivas para avançar com o concurso da estrada do Moinho do Buraco.

O Sr. Luís Almeida falou na questão dos cabazes e eu queira dizer-lhe que a Câmara só recebe a informação de quem anda no terreno. Admito que possa haver aqui alguma omissão mas não é por parte da Câmara pois a Câmara tanto entrega cem cabazes como entrega cento e dez.

Quanto à transferência de verbas para as freguesias, temos aqui um problema grave. Enquanto não houver a abertura de mais concursos para a apresentação de candidaturas ao QREN de alguns investimentos que estamos a realizar, temos um problema de ordem financeira. Eu tive o cuidado de explicar

isto aos Srs. Presidentes das Juntas numa reunião que tivemos antes de apresentar o Orçamento e o Plano.

No que respeita à questão do SAP, eu penso que, com a mudança política que houve no Governo, não acredito que falem mais em encerramento do SAP até às eleições legislativas. Por isso, nessa matéria, estou tranquilo.

Relativamente ao Tribunal, não sei o que vai acontecer. A única coisa que posso dizer é que a proposta de mapa judiciário apresentado pelo Governo, no que toca ao concelho de Oliveira do Hospital, é uma autêntica aberração. Porque é uma proposta contra *natura*. Porque, por aquilo que está no projecto, falam em tribunais de comarca e em juízes e não dizem onde vai ficar o tribunal de comarca – deduzo que seja em Viseu – nem onde vão ficar os juízes. Nada é dito sobre isso. Mas, para mim, há uma questão que é fundamental: é que este agrupamento é contra *natura* para Oliveira do Hospital. Porquê? Qual é a rede de transportes que nós temos para Viseu? Aqueles que não têm viatura, como é que lá chegam? De táxi que, por acaso, até é “barato”. Isto não pode ser. E, por isso, esta situação tem que ser revista porque não faz o menor sentido. Nós que, relativamente à outra proposta, tínhamos feito uma exposição, vamos manter na íntegra o que dissemos relativamente a esta matéria do tribunal e do mapa judiciário.

Fizeram-me aqui uma pergunta que é “quanto é que custa o seu boletim municipal?” Não é o meu boletim municipal; é o boletim municipal da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Custa catorze mil e tal euros. Mas, aquilo que ele traduz de informação ao munícipe, vale muito mais do que isso. É que o munícipe precisa saber a verdade das coisas e não só a meia-verdade. Precisa saber o que é que se fez, onde é que se fez, como é que se fez. Sem qualquer tipo de demagogia porque tudo o que lá está pode ser visto no terreno. E até também os Srs. Presidentes das Juntas, que tantas vezes falam aqui sobre as coisas, possam ajuizar dos investimentos que são feitos nas diversas freguesias.

Sobre a questão da ASAE, queria dizer que o Dr. Rodrigues Gonçalves tem muita razão em algumas das coisas que disse e eu gostava de dizer isto ao João Dinis. Saíram leis, os nossos comerciantes tiveram um período para regularizar as suas situações. Não ligaram e, agora, são confrontados com a falta de licenciamento, entre outras coisas. Aquilo que eu acho, e que não sei se acontece ou não, é que a ASAE deve ter uma atitude pedagógica. Mas, por aquilo que tenho visto aqui no concelho, parece-me que essa atitude pedagógica existe. Porque eu vejo alguns comerciantes a solicitar certidões à Câmara da entrega de projectos para regularização da situação, para entregarem na ASAE e

provarem que o processo está em andamento. E, se assim for, julgo que nesta matéria podemos estar mais tranquilos porque a situação não será tão grave como às vezes é dito. Também quero dizer que nós temos uma pessoa com formação em higiene alimentar e que espero pô-la ao serviço dos comerciantes para os informar sobre o que devem fazer neste aspecto para que, quando forem visitados pela entidade reguladora, não serem surpreendidos. Por isso, julgo que haverá um pouco de razão num lado e no outro. Eu ficar-me-ia no meio-termo relativamente a esta matéria.

Quanto a algumas questões colocadas pelo João Dinis, eu gostaria de dizer que a bomba é solução porque nós, aqui em Oliveira, já tivemos essa situação. É e pode ser uma solução. Já lá foi colocado um sistema para libertar a tubagem de ar – porque aquilo é um problema de ar na tubagem – e espero que, com a afinação, esse problema fique resolvido.

Quanto à ETAR, quero dizer-lhe que está feita de acordo com aquilo que era o projecto. Não houve nenhuma adulteração no projecto da ETAR. Sobre a situação das fossas, aquilo que estava acordado com as Aguas do Zêzere e Côa era eles fazerem duas estações elevatórias para resolver o problema. Se o não fizerem, terá que a Câmara pensar nisso. Mas aquilo foi assumido pelas Aguas do Zêzere e Côa.

No que respeita à Escola, é evidente que não faz sentido, porque a Carta Educativa foi aprovada e nós sabemos que aqueles alunos, mais tarde ou mais cedo, terão que ir para o Ervedal, sob pena desta Escola não funcionar por falta de alunos. Esta é que é a realidade e não podemos fugir a ela.

O parque infantil foi requalificado. O que o Sr. quer agora é uma coisa diferente daquilo que lá está. É que o seu parque infantil tem uma zona de protecção em areia e quer uma zona de protecção sintética. Mas o parque obedece às normas de segurança e não há qualquer risco para as crianças na sua utilização.

Quanto ao telhado, a única queixa que recebo é a sua porque as pessoas que lá trabalham nunca fizeram qualquer referência ao mesmo.

Outra questão que foi colocada sobre o arranque das ETAR. Eu sei que há um conjunto de ETAR, de um primeiro pacote, que estão adjudicadas. Já me disseram que iam iniciá-las e sei que há um grupo de ETAR, entre as quais – se não me engano – Alvôco, Vila Pouca, Lagares, Seixo, que já estão adjudicadas. E há outras que estão para concurso. O critério que foi adoptado pelas Aguas do Zêzere e Côa foi dar primeiro resposta a situações de maiores índices de população e de risco para o ambiente, nomeadamente cursos de água. Mas há

um problema com as Aguas do Zêzere e Côa que é a falta de capacidade financeira. Não tenhamos ilusões.

Quanto à estrada Lagares da Beira / Meruge, está prestes a ser adjudicada, pelo que, depois de se fazer o respectivo contrato, poder-se-á avançar com a obra.

O Sr. João Abreu falou também na dupla tributação dos comerciantes quanto à publicidade. Eu concordo consigo plenamente, nesta matéria. Acho que as Estradas de Portugal não têm que cobrar absolutamente nada. A publicidade é uma receita municipal. A meu ver, os comerciantes só deviam pagar a licença de publicidade à Câmara Municipal.

O Sr. Engº Carlos Inácio falou no “INVISTA +”, no “EMPREENDER +” e falou na incubadora de empresas. O “INVISTA +” está aí para aprovarmos, o “EMPREENDER +” já existe e a incubadora de empresas vai aparecer.

Gostaria de dizer, no que respeita ao ponto de situação do PDM, que estou um bocado preocupado. Isto porque o Governo, com a nova legislação, criou um novo documento que se chama “avaliação ambiental estratégica”, que só não é aplicável aos PDM que estão em fase de discussão pública. Todos os outros, que estão em fase de revisão, têm que elaborar este plano. E, por isso, nós, na próxima terça-feira, vamos ter uma reunião extraordinária da Câmara, só para falar sobre o PDM, em que vão ser os Técnicos a dizer quais são as implicações deste Plano. E, no dia vinte e oito de Março, haverá uma sessão extraordinária desta Assembleia, em que os mesmos Técnicos virão cá para falar do PDM. Assim, terão a oportunidade de colocarem todas as questões que entenderem aos Técnicos. Mas, esta questão da avaliação ambiental estratégica, que advém também de uma directiva comunitária, já é feita pelos nossos vizinhos espanhóis há quinze anos. Mas nós, aqui, funcionamos só por imposição.

Sobre o *wi-fi*, eu gostaria de dizer que eu julgo que é importante. Mas também vos quero dizer que fiquei extremamente preocupado quando ouvi uma conferência realizada por um inspector da Polícia Judiciária sobre o sexo *on-line* e de todas as referências que ali foram feitas sobre essa matéria. Acho que temos que avançar nas coisas com precauções. É que enquanto em casa, os pais podem cooperar com os filhos na consulta, em espaços abertos, o acesso é total.

Quanto às obras de requalificação do Largo, vão ser feitas reuniões específicas com o consórcio no sentido de organizar a intervenção deles de forma a prejudicar ao mínimo os comerciantes. Mas é evidente que, onde há obra, há estrangulamento de passagem de viaturas, eventualmente até de pessoas.

Julgo que terei respondido a todas as questões apresentadas.”

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal feito o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

PROJECTO	PONTO DE SITUAÇÃO
Desenvolvimento dos Recursos Humanos (Formação Contínua dos Funcionários)	Apresentado o Pedido de Pagamento de Saldo Final à Medida I.6 do PO Centro, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio
Modernização Administrativa - Reengenharia e desmaterialização de processos	Apresentada candidatura ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – do PO Centro (Mais Centro), no âmbito do QREN

Depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
03.JAN	Reunião da Comissão Regional da Reserva Agrícola, em Coimbra
07.JAN	Reunião com Presidente da ACIC
	Reunião com parceiros do FINICIA
11.JAN	Reunião com Presidentes das Câmaras de Arganil e Tábua
14.JAN	Assinatura de Protocolos no Governo Civil – Equipas de Intervenção Permanente
	Assembleia-Geral da ADESA, em Penacova
23.JAN	Reunião com Grupo VISABEIRA – Instalação de antena na Lageosa
31.JAN	Conselho Municipal de Educação
	Jantar de entrega de prémios do Sorteio de Natal/2007
8.FEV	Visita às obras de ampliação e homenagem à fundadora da Obra D. Josefina da Fonseca
19.FEV	Reunião de discussão do Plano Estratégico e de Acção do Pinhal Interior Norte, na Lousã
20.FEV	Abertura de conferência «Criminalidade sexual on-line», da CPCJ de Oliveira do Hospital
	Participação na conferência “O amanhã de O. H.” – Alunos da Escola Secundária
25.FEV	Entrega dos livros do Plano Nacional de Leitura
26.FEV	Reunião com Direcção da Associação Progressiva de Santo António do Alva
27.FEV	Reunião do PDM, em Coimbra
28.FEV	Reunião com Directora do Centro de Saúde – Associação de Doentes Alcoolicos
	Reunião com Directora da Área Jurídica da Caixa Central de Crédito Agrícola - ACIBEIRA

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Aquando da apresentação das candidaturas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu-se ao SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa. Não sei se já está elaborado o projecto ou o que é que a Câmara pretende fazer mas poderá prever a desconcentração/descentralização de serviços camarários para as juntas de freguesia mais distantes da sede do município. Isto porque estamos com problemas de transportes públicos e as

peças têm dificuldades em se deslocar. Há concelhos em que isso já acontece e até há concelhos na região que já estão a instalar postos móveis que visitam as freguesias mais distantes para a prestação deste tipo de serviços às populações.

Também pretendia saber se Oliveira do Hospital vai ter uma Loja de Cidadão de 2ª Geração.”

Interveio, depois, o Sr. Carlos Mendes, que questionou:

“Em relação à parte das regiões de turismo, como é que está essa situação porque, há pouco, foi feita a pergunta e o Sr. Presidente não a focalizou.”

Depois, o Sr. Presidente prestou os esclarecimentos solicitados:

“Não respondi a essa questão precisamente porque não tenho mais informação para além daquela que foi veiculada pelos órgãos de comunicação social. Não sei qual é a evolução que o processo tem tido em termos legislativos para poder fazer um referência adequada. Vocês leram, como eu li, que Oliveira do Hospital passaria a fazer parte da Região de Turismo do Centro. Julgo que também terão ouvido o Sr. Presidente da Região de Turismo da Serra da Estrela dizer que, no que diz respeito à Serra da Estrela, estava tudo contemplado e que havia o problema de Oliveira do Hospital sair para a Região de Turismo do Centro. Também não vi, da parte dele, interesse em defender a continuidade de Oliveira na Região de Turismo da Serra da Estrela. Esteve preocupado com a aglutinação de Penamacor e do Sabugal, mas não se preocupou minimamente com a situação de Oliveira do Hospital. Portanto, estas são as únicas informações de que disponho sobre esta questão.

No que respeita aos assuntos abordados pelo João Dinis, queria dizer que o concurso que estava aberto para a apresentação de candidaturas ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa era para operações de reengenharia de processos, no nosso caso, com vista à certificação da qualidade.

Quanto à questão da Loja de Cidadão de 2ª Geração, para já não estamos interessados pois teríamos mais um ou outro serviço, mas criar-se-ia o esvaziamento de outros serviços públicos que temos numa distância muito próxima. Para além disso, para instalarmos esses serviços, teríamos que ter uma área de mil metros quadrados, cujos encargos teriam que ser suportados pela Câmara Municipal. Não me parece que isso seja importante para nós. Aliás, eu tive o cuidado de dizer, na altura, à Senhora que hoje é a Secretária de Estado da Modernização Administrativa que, se aqueles serviços são importantes para a população, porque é que não faziam a reconversão de alguns funcionários que estão em alguns desses sectores e não os colocavam a fazer esses serviços? Isso

é que era lógico e normal. Por isso, dissemos não à Loja de Cidadão de 2ª Geração, pelo menos para já.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Sobre este ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a única alteração com a qual não concordava era com a fixação de senhas de presença, uma vez que quem participa nas reuniões, fá-lo em serviço e desloca-se no carro das instituições que representam. No entanto, prosseguiu, a sua posição de nada valia uma vez que os outros municípios concordavam com o pagamento de senhas de presença.

Depois da intervenção do Sr. Presidente, a Mesa colocou à votação a proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Em seguida, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea r) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de celebração de Protocolo Financeiro e de Cooperação para constituição e funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Município de Oliveira do Hospital (“OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +”).

Sobre este assunto, começou por intervir o Sr. Prof. João Dinis:

“Começava por alguns pedidos de esclarecimentos prévios:

Alguém que se candidate ao máximo – quarenta e cinco mil euros – quanto é que vai pagar ao fim do ano, de juros, o chamado serviço da dívida, entre a banca e esta tal mutualidade? Eu não percebo muito bem para que é necessário isto. Aliás, a curiosidade é saber se se sabe a que grupo financeiro pertence a mutualidade, se não é ao grupo da Caixa Geral de Depósitos... Só por curiosidade. Portanto, feitas todas as contas, quem for aos quarenta e cinco mil, ao fim do ano, quanto é que pagou de juro e *spread* à banca, mais o um e vinte e cinco para a mutualidade, para o seguro?”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves fez a seguinte intervenção:

“Como nós vivemos numa sociedade capitalista, alguém vai ter que pagar. Mas não estou a dizer que não tem pertinência a questão posta pelo Sr. Deputado João Dinis.

Eu apoio esta iniciativa, como é evidente, aliás dentro daquilo que é hábito nas minhas reivindicações nesta Assembleia. Porque eu acho que

assistimos hoje à crescente perda do prestígio e da importância que Oliveira do Hospital sempre teve no contexto distrital e regional. O desenvolvimento industrial, que foi sempre o sustentáculo do nosso desenvolvimento, não tem sido a grande prioridade, como devia, faltando uma postura de mobilização da sociedade civil e do tecido empresarial em ordem ao crescimento do emprego e à fixação dos jovens. Há uma clara inexistência de uma política de turismo e de aproveitamento dos nossos recursos turísticos, que têm contribuído para a desertificação das freguesias, tornando mais dependentes as políticas sociais. Isto que eu estou a acabar de ler não foi dito por mim mas pelo Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Oliveira do Hospital.

Portanto, eu identifico-me perfeitamente com estas reivindicações, embora o Sr. Presidente da Câmara tenha dito que não tem nada a ver com a política. Agora, o que não há dúvida nenhuma é que parece que estamos todos a pensar o mesmo. Só eventualmente a Câmara Municipal é que não. Aliás o Sr. ex- Deputado António Lopes – isto é uma afirmação minha – teria renunciado eventualmente também por não ser ouvido sobre estas matérias.

Duas ou três questões muito rápidas:

Acho que este relatório de execução que diz a cláusula décima primeira, dentro da medida do possível, devia ser publicado.

Duas ou três perguntas: esta comissão de acompanhamento da gestão do fundo é criada com meios da autarquia, serão funcionários da autarquia ou vai ser criada uma comissão com pessoas que não da autarquia?

A publicidade. Diz aqui na cláusula doze: “comprometem-se as entidades subscritoras a proceder à sua divulgação pelos meios ao seu alcance, nomeadamente através da utilização dos meios de comunicação social de âmbito local”. Eu desejaria que fossem utilizados todos os jornais regionais e que não houvesse discriminação.

Quanto ao ponto seguinte – realização de colóquios, utilização de *sites* – penso que não é suficiente. A Câmara Municipal deve ter um papel activo e mobilizador, falar com os Srs. operadores, com os Srs. comerciantes, para não esquecermos o que aconteceu com o MODCOM e com outros instrumentos que, depois, não são aproveitados por aqueles que o podiam fazer.

Há aqui uma discordância que eu tenho, no artigo primeiro do anexo. Mas já sei que me vão dizer que isto é um modelo geral para todo o FINICIA. Mas eu acho que o financiamento para os capitais próprios não devia ser utilizado. Não devia ser utilizado de uma forma exclusiva para capitais próprios

mas sim de uma forma complementar. Isso leva a que aqueles que puderem, alguns investidores, se tentem recorrer do fundo sem os capitais próprios.

Por fim, só duas críticas. Diz-se aqui, no artigo segundo, que anualmente, consoante a disponibilidade do fundo, os parceiros envolvidos na constituição e funcionamento podem definir áreas geográficas do município, sectores ou actividades prioritárias. Eu penso que, neste momento, não há instrumento para definir estas áreas geográficas, na medida em que não há o chamado plano de desenvolvimento da cidade, não há o PDM. Não sei como é que vão fazer estas definições das áreas geográficas do município. Eventualmente “a olho”.

Depois, no artigo quarto são apoiáveis investimentos produtivos que contribuam para o reforço da competitividade e/ou diferenciação empresarial no município de Oliveira do Hospital. Eu pergunto qual é o referencial para esta diferenciação? Se vamos diferenciar, vamos diferenciar em relação a quê? Como também não há – não sabemos, pelo menos – qual é a vocação do concelho neste momento, como é que se vai fazer uma diferenciação?

Mais à frente aparece a mesma ideia: “excepcionalmente e nos casos de projectos de forte conteúdo tecnológico ou diferenciação regional, os investimentos a realizar para a criação de empresas podem ser apoiados em diversas percentagens.” O que é que se considera a diferenciação regional, face à indefinição actual do concelho.”

Depois, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra:

“Em primeiro lugar queria deixar aqui duas notas: que o FINICIA e o EMPREENDER + já foram falados e feita a proposta à Câmara Municipal há quase três anos. Ou seja, a proposta inicial destes projectos foi apresentada pelo PS à Câmara Municipal em seis de Dezembro de dois mil e cinco.

Mas isso é apenas história e o que interessa é só o presente, o futuro. Mas é para não ficar esquecido que nós tivemos essa ideia e apresentámos essa ideia. Ainda bem que foi aproveitada!

Em relação ao fundo, era precisamente o aspecto do apoio e acompanhamento, na cláusula onze, em que “a cobertura das despesas a incorrer pela ACIC nas suas funções será efectuada pelo município que, para tal, compensará a ACIC pelo serviço prestado, em um por cento do fundo”. Primeiro ponto.

Segundo ponto: o fundo vai ser estático. Quando acabar os primeiros quinhentos mil euros, acabou. E aqui à frente diz que será novamente feito um reforço pela Câmara Municipal. E eu pergunto: é só pela Câmara Municipal? O que quer dizer que o fundo, além de gerar os quinhentos mil euros iniciais,

poderá gerar mais. Ou seja, não é estático, é aberto a projectos. Portanto, não são dez projectos, por exemplo, mas podem ser dez, onze ou mais.

Outro aspecto, que vem na sequência da intervenção do Dr. Rodrigues Gonçalves, é o do capital próprio. Penso que é relevante o que ele disse. Eu lembro-me que, nos Estados Unidos, as empresas só podiam ser feitas se tivessem um mínimo de capital próprio. Porque, infelizmente, nós sabemos que o custo do dinheiro está cada vez mais caro. As situações, muitas das vezes, do sucesso ou do insucesso dessas empresas vêm precisamente dos custos externos e dos custos dos juros.

Penso que talvez haja aqui uma falha em não se ter posto, como regra, que teria que ter um mínimo de capital próprio. Porque, senão, vai-se buscar os oitenta por cento ao banco, vai-se buscar os vinte por cento à Câmara e, depois, logo a seguir, o projecto vai ter necessidade de mais dinheiro. E, então, tem que recorrer, não à banca que o está a apoiar, mas a outra banca qualquer. Ou seja, vai criar de tal maneira endividamento que, a curto prazo, pode ter problemas de viabilidade.

Quero eu dizer com isto que penso que isto está bem feito, bem estruturado, mas que este aspecto foi deixado um bocado de fora. E eu acho que é primordial. Porque, se vamos estar a construir empresas sem capital próprio, vai logo à partida.... Porque não nos podemos esquecer que oitenta por cento do dinheiro que sai do fundo vai ter que ser pago. E, se a pessoa não tiver capital para o primeiro “embate”, vai ter problemas. Acho que devia ter que haver um capital mínimo. Não sei se se lembraram disso, não sei se discutiram isso quando fizeram este projecto mas penso que seria importante ter um mínimo do capital.”

Interveio, depois, o Sr. João Esteves

“Acerca deste protocolo e deste projecto de financiamento, quero dizer que concordo plenamente com o que está aqui, na sua essência. No entanto, tenho algumas dúvidas e questiono algumas situações que, inclusivamente, já foram aqui afloradas pelo Carlos Mendes e pelo Dr. Gonçalves, como a questão dos capitais próprios.

Mas, eu acho que isto, como é uma ajuda, parte-se do princípio que a pessoa que vai ter estes financiamentos não vai começar do nada. Isto é para ajudar, não é para criar o posto. Portanto, em princípio, deve ter capitais próprios. Mas, de qualquer maneira, também estou de acordo que devia estar aqui salvaguardado um mínimo possível.

Tinha aqui uma questão a levantar que era: no protocolo financeiro, na cláusula onze, no seu número seis, refere que os projectos que envolvam a necessidade de aprovação e licenciamento camarário gozarão de prioridade na sua apreciação pelos serviços do município. Eu queria perguntar se os licenciamentos estão isentos de licenças ou taxas ou se as taxas são normais para este tipo de actividade.

De resto, concordo plenamente com isto e acho que é um documento que deve ser aprovado e que tem todo o interesse, até porque vai ajudar certos e determinados investimentos neste concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara:

“O Carlos Mendes já respondeu à questão formulada pelo João Dinis: taxa *euribor*, um por cento de *spread* e mais um, ponto, vinte e cinco de comissão do seguro.”

Depois, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre este projecto do OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +:

Começaremos por dizer que a Câmara Municipal e o Município fazem bem, ou têm pelo menos boas intenções, ao preocupar-se com a superação das enormes dificuldades que atravessam as micro e as pequenas e médias empresas. Umas e outras asfixiadas pelo “ambiente” sócio-económico em que o País está mergulhado por força das políticas de direita dos sucessivos Governos e do actual Governo em particular.

Aliás, do ponto de vista político-institucional, ao Governo da Nação muito especialmente compete criar e dotar com as verbas necessárias também este tipo de projectos. Ou seja, nestes projectos, não é ao município que, institucionalmente, mais compete gastar recursos municipais, aliás cada vez mais escassos. No nosso caso para já fala-se em cem mil euros para o primeiro ano.

Enquanto isso o “papel” reservado ao IAPMEI neste protocolo é “papel” mais decorativo ou até papel de “empata” que de outra coisa mais eficaz...

Por isso, também desde já se adianta que só as boas intenções nem sempre bastam...

Sobre o projecto em causa:

1 – É o costume: - feitas todas as contas, e ande lá por onde andar a procissão, quem mais acaba por ganhar com este tipo de negócios é a banca, no caso a CGD que terá apresentado a melhor proposta.

Se as contas que fizemos não estiverem erradas, entre os juros à CGD – ... ao ano - e a percentagem (1,25 %) para a Garval – Sociedade de Garantia

Mútua (a que grupo financeiro pertence?), quem alcançar o apoio máximo dos quarenta e cinco mil euros de apoio aos investimentos – para um projecto com quatro ou mais postos de trabalho – poderá ter de vir a pagar de juros e outros encargos, pelo menos cerca de duzentos euros por mês ou seja, quarenta e dois contos por mês de “serviço de dívida” com o financiamento durante o primeiro ano.

E como os eventuais beneficiários têm que passar a ter a contabilidade organizada pelo POC – logo vão ter de pagar a contabilista, logo mais encargos...

Nestas circunstâncias, e para não ser a Câmara a aumentar a sua parte de co-financiamento para o projecto, deveria ser o IAPMEI a contribuir, aliás como deveria, para o reforço do dinheiro público a encaixar nos financiamentos para assim reduzir a parte do caro financiamento bancário...

Aliás, por que especial razão, quem dispuser de uma componente própria para investir – por exemplo, recorrendo até a um “empréstimo” de um familiar – por que razão não poderá ele dispensar a correspondente componente do empréstimo bancário ou pelo menos parte desta ?

Há Câmaras de maioria CDU que instituíram sistemas bem mais aliciantes como, por exemplo, o FAME – Fundo de Apoio às Micro-Empresas.

Nas “normas e condições de acesso” (anexo 1) ficam injustamente excluídas as pequenas empresas agrícolas que poderemos balizar como aquelas que tenham até oito ou mesmo dez UDE (Unidades de Dimensão Económica) de “margem bruta” de rendimento anual, ou seja até nove mil e seiscentos euros ou doze mil euros por ano de “margem bruta”.

Pois, por que ponderosa razão estão à partida excluídas as pequenas Explorações (ou “empresas”) Agrícolas Familiares num concelho, onde, por exemplo, a pastorícia aliada à produção de queijo muito contribuem para manter “verdes” e ocupadas largas áreas do Município ?

Não se entende portanto tal exclusão.

É muito restritiva a regulamentação dos dois “anexos”, em especial nos artigos referentes à “Tipologia” e às “Condições de Elegibilidade dos Projectos” bem como no “Parecer das Entidades Financeiras”.

Por exemplo, quando se exige uma “situação económica-financeira equilibrada” isto pode excluir, à partida, as pequenas empresas que estejam sem uma “situação económica e financeira equilibrada” e que são a maior parte destas empresas...

Aliás, ainda por cima em termos de prioridade, por que especial razão se apoia com recursos públicos uma empresa, ainda que pequena, que esteja em situação económica estável e não se há-de apoiar uma outra pequena empresa que, embora não esteja falida, todavia esteja com dificuldades num dado momento?

Por outro lado, nestes itens aparecem certos critérios de avaliação das candidaturas que são o “inimigo público nº 1” de todas as pequenas e médias candidaturas e que se consubstancia nas teorias (fraudulentas, do ponto de vista social...), quer da “viabilidade económica dos projectos/empresas”, quer da alegada “competitividade” dos mesmos.

O resultado final da aplicação destes critérios é, sempre, o de “chumbar” as pequenas candidaturas e não o de as apoiar como é necessário e se preconiza.

Portanto, neste tipo de projectos, aquilo que mais deverá pesar na respectiva avaliação, não deve ser nada dessas teorias fraudulentas, repito, da “viabilidade económica e financeira” ou da “competitividade” mas, sim, o critério do social (aliado ao ambiental) do projecto/investimento.

Também nos parece demasiado fragmentada a proposta para as percentagens de reembolso do subsídio camarário. A nosso ver, não serão necessários mais do que dois escalões de diferenciação em vez dos quatro propostos.

Também não consegui ver se há alguma diferenciação entre empresas já existentes e novas empresas.”

Em resultado final, apesar de todas as insuficiências da proposta da Câmara Municipal, os eleitos CDU abstêm-se na votação porque, “mesmo nas insatisfatórias condições apresentadas pela Câmara, ainda poderá haver alguém que, de tanto precisar de apoio, se venha a candidatar este “OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Nós pensámos neste projecto e ele não tem nada a ver com as ideias do Partido Socialista, diga-se aqui claramente e em bom som. Eu não sei qual é a proposta do Partido Socialista. Nunca vi nenhuma. E agora, a proposta é deles? No “EMPREENDER+”, a proposta também era deles... Se fazemos uma obra, a proposta é deles... Isto é falar de uma realidade que não existe, falar de uma coisa virtual. E o Partido Socialista, hoje, também veio falar aqui da realidade virtual. É bom que isto fique claro: o Partido Socialista tem zero de participação nesta proposta. Esta proposta é uma proposta do Executivo em permanência e que o Partido Socialista se limitou a analisar quando lhe foi “colocada à frente”.

Ponto final. O seu a seu dono. É que começo a ficar um bocado cansado deste tipo de afirmações. Se aparece alguma coisa boa, é do Partido Socialista; se alguma coisa está mal, então já é culpa dos outros.

Dr. Rodrigues Gonçalves, isto também é para si. Por exemplo: o Senhor esteve numa convenção e disse que Oliveira do Hospital não esteve representado na Bolsa de Turismo de Lisboa. E eu chego à conclusão que o Senhor não passou na Bolsa de Turismo de Lisboa. Porque, se tivesse passado, tinha visto um pavilhão que dizia “ADITO – Tábua e Oliveira do Hospital”. Fomos lá associados, até para reduzir despesas. E estivemos lá a fazer prova de queijo, de broa, de cavacas, de vinho, de compotas e de enchidos dos dois concelhos. Portanto, era bom que, quando os Srs. falassem, o fizessem sobre o que é a realidade.

E, por isso, queria dizer que, quando pensámos neste projecto, a ideia base foi dar a oportunidade de aparecerem novos empresários, atendendo a que o capital é um capital diminuto. E a Câmara, que até podia ser reembolsada do capital investido, entendeu não o fazer porque pretende criar este incentivo para que as pessoas assumam aquilo que todos temos que reconhecer que é um risco, que é a criação de uma empresa. E daí que não se tenha colocado a questão do capital próprio. E também queria dizer que isto não está previsto só para as novas empresas; está previsto para a requalificação de empresas e essas já têm capital próprio e, porventura, bastante. Mas, a ideia base da Câmara foi que isto sirva, efectivamente, como um alavanca que possa gerar o aparecimento de novas empresas, noutros domínios, de empresas que não sejam tão vulneráveis a problemas de ordem social como aqueles que nós hoje temos com as médias e grandes empresas. Que seja um elemento que possa contribuir para o desenvolvimento social e económico do concelho.

No que respeita à gestão, esta é da ACIC mas a comissão é constituída por todos os parceiros. E, por isso, a Câmara também está representada nessa comissão.

Também gostaria de corrigir o João Dinis quando falou no FAME – Fundo de Apoio às Micro-Empresas – e informá-lo que o FINICIA é a versão mais moderna do FAME.

Quanto à questão das áreas geográficas do concelho, são aspectos de construção de um documento. Porque, na prática, nós queremos é que este projecto se desenvolva. O que me interessa a mim, enquanto Presidente da Câmara, que a empresa apareça em Oliveira do Hospital, no Seixo ou em Aldeia das Dez? Posso é ficar mais satisfeito se aparecer no Seixo ou em Aldeia

das Dez. Mas, a mim, o que me interessa é que a empresa apareça. Por isso, para mim, esta questão é secundária. Está prevista em termos do regulamento porque, eventualmente, poderá haver essa possibilidade no futuro.

Além disso, este é um projecto dinâmico pois a Câmara e a entidade bancária poderão reforçar os montantes envolvidos. Há concelhos que também avançaram para projectos destes mas que não há dinheiro a fundo perdido por parte da autarquia, sendo reembolsável.

Este projecto que estamos a apresentar hoje aqui – dito pelos responsáveis do IAPMEI, não por mim – é o melhor projecto que eles já tiveram relativamente a esta matéria. Mas eu não quero que ele seja só o melhor projecto; eu quero que seja um projecto gerador de novos empresários, de novas empresas, de bem-estar, de emprego e de desenvolvimento económico. E a questão de não exigência de capital próprio pode ser suficientemente motivadora para uma pessoa que até não tem disponibilidade de capital próprio mas que tem uma excelente ideia de negócio. E nós temos alguns empresários cá em Oliveira do Hospital que, se estivessem à espera de ter capital próprio para criar as suas empresas, jamais eram empresários.

Também gostaria de dizer que a GARVAL é parceira do IAPMEI neste projecto e que não sei a que grupo económico pertence.

Quanto à questão dos licenciamentos e da sua isenção: o nosso regulamento não prevê isenções a este nível. Esse é um assunto, em princípio, fora de questão a não ser que seja promovida uma alteração que tem que ser bem analisada em termos legais.

Também gostava de dizer que estes projectos, tal como qualquer projecto de investimento no concelho, têm sempre prioridade no tratamento. Quando estes processos atrasam não tem nada a ver com a Câmara mas com as entidades que têm que ser consultadas. Gostaria de deixar isto bem claro.

É esta a dinâmica que existe e que tem que existir. Porque nós estamos aqui para servir as pessoas, para lhes facilitar a vida, não estamos aqui para complicar. Nós somos prestadores de serviços únicos; não temos concorrência. E, porque não temos concorrência, temos que ser cada vez mais rigorosos com os serviços que prestamos a quem aqui se dirige.”

Depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Gostaria só de esclarecer uma questão: é que o Sr. Presidente trouxe aqui um assunto que não estava aqui em discussão na Assembleia Municipal e por isso é que eu reagi. Para além do mais, parece-me descortês para o

Executivo, que não tem aqui hipótese de se defender... Percebi, depois, que no Executivo é que essa questão se tinha posto, a questão de quem é que tinha tido a iniciativa e se foi o Partido Socialista que teve a iniciativa. Eu não vi ninguém aqui falar nisso. Se alguém falou, peço desculpa.

Segunda questão: também não me parece correcto que, estando nós a discutir outro assunto, passar para a Bolsa de Turismo de Lisboa. Também podia responder a isso. Agora, estando nós a discutir uma coisa, o Senhor passa imediatamente para a outra. Se estávamos a discutir aquela questão, era naquela questão que nos devíamos centrar.”

Por fim, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“De facto, há aqui aspectos que eu faço questão de salientar.

A que propósito é que vem agora esta exigência do IAPMEI se associar a uma entidade mútua, para exigir mais um vinte e cinco por cento? Isto não é exigido às traficâncias do BCP, antes pelo contrário. Está é a lógica da política de direita e este é um exemplo concreto.

E mais: porque é que não são incluídas nisto as pequenas empresas agrícolas? Vão dizer que podem ir pelo PRODOR. Isso é uma treta pois também nesse as pequenas empresas são discriminadas negativamente. Porque é que hão-de estar essas e não hão-de estar as outras? E eu falei na questão do queijo e dos pastores...”

Terminadas as intervenções, a Mesa colocou à votação a proposta de celebração do Protocolo Financeiro e de Cooperação para constituição e funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Município de Oliveira do Hospital (“OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +”), tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim, *Carlos Teixeira da Rocha*, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

António Simões Saraiva

(Primeiro Secretário)

Carlos Teixeira da Rocha

(Segundo Secretário)

António Morgado Ferreira Alves